



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

Apêndice Nº 8/2025 - TRE/PRESI/DG/SAOF/COAAD/SEAPT/ASSEAPT

APÊNDICE III

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

EXIGÊNCIAS GERAIS (aplicadas a todas as contratações)

I. RESPEITO À LEGISLAÇÃO BÁSICA SOBRE SUSTENTABILIDADE:

Os fornecedores de bens e serviços devem observar os critérios definidos na legislação vigente e em outros instrumentos de boas práticas de contratações sustentáveis, especialmente:

1. Constituição Federal, art. 225: Garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe deveres à coletividade e ao poder público;

2. Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos): Estabelece o princípio do desenvolvimento nacional sustentável como diretriz das contratações públicas;

a. Decreto 7.746/2012: Critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas (ainda aplicáveis à Lei 14.133/2021);

b. Instrução Normativa SLTI/MPOG 1/2010: Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal (acolhida pela Lei 14.133/2021);

c. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da CGU;

3. Lei 12.305/2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos;

a. Decreto 10.240/2020: Regulamenta o sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

b. Decreto 10.936/2022: Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4. Lei 6.938/1981: Política Nacional do Meio Ambiente (Licenciamento Ambiental);

a. Decreto 99.274/1990: Regulamento da Lei 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);

5. Lei 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais): Sanções penais e administrativas por atos lesivos ao meio ambiente;

6. Decreto 6.514/2008: Infrações e sanções administrativas ambientais e processo de apuração;

7. Decreto Estadual (Piauí) 20498/2022: Diretrizes para a implementação do sistema de logística reversa de embalagens;

8. Resolução CNJ 400/2021: Política de sustentabilidade do Poder Judiciário;

9. Portaria Presidência TRE-PI 683/2021: Instituição do Plano de Logística Sustentável 2021-2026 do TRE-PI;

II. CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS: Todos os serviços contratados e produtos, peças e componentes que vierem a ser adquiridos ou utilizados/fornecidos em prestação de serviços devem observar, em sua composição e no processo produtivo (Decreto 7.746/2012, art. 4º):

1. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
2. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
3. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
4. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
5. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
6. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
7. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
8. utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

III. CONSTITUIÇÃO E PROCESSO PRODUTIVO: Todos os produtos, peças e componentes que vierem a ser adquiridos e/ou utilizados e fornecidos em prestação dos serviços (IN 1/2010 – SLTI/MPOG, art. 5º, I, II e IV)

1. devem ser constituídos, preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado ou reciclável, atóxico, biodegradável e/ou de fontes renováveis conforme as Normas Técnicas da ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

2. devem observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3. não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES).

IV. EMBALAGENS: Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas (IN 1/2010 – SLTI/MPOG, art. 5º, III):

1. com o menor volume possível;
2. produzidas com materiais recicláveis/reciclados, como papelão ou plástico à base de etanol de cana-de-açúcar;
3. que garantam a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
4. que sejam objeto de logística reversa.

EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

I. RESPEITO À LEGISLAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO CONTRATADO

1. Base Legal/Normativa: Os produtos, serviços e procedimentos incluídos na contratação deverão observar a seguinte legislação obrigatória:

a. Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações) e regulamentações da ANATEL: exigem certificação para equipamentos que transmitem sinais (ex: câmeras IP, transmissores).

i. Resolução ANATEL 632/2014: Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (aplicado a sistemas de CFTV quando fornecidos como parte de um serviço de telecomunicações);

ii. Resolução ANATEL 715/2019: Aprova avaliação de conformidade e homologação de produtos para telecomunicações (incluindo câmeras de segurança com tecnologias sem fio: wi-fi, rádio, bluetooth) – Regulamentado pelo Ato 7280/2020;

iii. Resolução ANATEL 740/2020: Aprova o Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações;

iv. Ato ANATEL 8210/2019: Especifica requisitos e procedimentos para aprovação dos cabos destinados aos CFTV;

v. Ato ANATEL 7280/2020: Exige certificação, pela ANATEL, de cabos para transmissão de dados, incluindo cabos para Circuito Fechado de TV;

vi. Ato ANATEL 77/2021: Estabelece requisitos de segurança cibernética para equipamentos de telecomunicações (incluindo aqueles utilizados em sistemas de CFTV).

b. Lei 13.477/2017: Dispõe sobre a instalação de cerca eletrificada ou energizada em zonas urbana e rural;

c. Decreto nº 5.903/2006 e Portarias do INMETRO: exigem selo Inmetro para ferramentas elétricas, fontes, cabos, EPIs e outros produtos;

d. NBR ABNT (Normas Brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas): definem padrões técnicos de conformidade para cabeamento estruturado e proteção contra descargas;

i. ABNT NBR IEC 62676: sistemas de videomonitoramento para uso em aplicações de segurança (IEC - Comissão Eletrotécnica Internacional);

ii. ABNT NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão (garante a segurança das instalações elétricas do sistema);

iii. ABNT NBR 5419: Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas (para-raios);

iv. ABNT NBR 14565: Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers (para sistemas de CFTV IP que utilizam cabos de rede);

e. Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD): Protege os direitos fundamentais à liberdade e à privacidade;

f. Lei Municipal (Teresina) 3010/2001: dispõe sobre a instalação de cercas energizadas em Teresina;

g. Resolução Normativa ANEEL 1.000/2021: Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, que também aborda aspectos relacionados à conexão de cercas elétricas à rede;

h. Resolução CONAMA 401/2008: Regula o descarte de pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos;

i. Normativos da Equatorial Energia acerca de instalação e manutenção de cerca eletrificada.

II. PRÁTICAS AMBIENTAIS NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. Base Legal/Normativa: Toda a legislação básica sobre sustentabilidade contida no tópico “Exigências Gerais” (aplicadas a todas as contratações).

2. A contratada observará as práticas previstas no subitem 10.7 do Termo de Referência

III. EFICIÊNCIA E QUALIDADE DOS COMPONENTES

1. Base Legal/Normativa:

a. Lei 14.133/2021 (NLLC), arts. 40 e 41: Para atender os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança do objeto da contratação, o detalhamento do objeto deve atender ao princípio da padronização e observar as especificações estéticas, técnicas e/ou de desempenho dos bens.

2. A observará as práticas previstas no subitem 10.8 do Termo de Referência.

IV. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SST)

1. Base Legal/Normativa:

a. Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego:

i. NR-01: diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST.

ii. NR-06: obrigações sobre o fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

iii. NR-09: avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos

iv. NR-10: requisitos de segurança em instalações e serviços em eletricidade.

v. NR-35: requisitos mínimos de segurança e saúde para o trabalho em altura.

b. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): Dispõe sobre a proteção ao trabalhador, saúde e segurança no ambiente laboral.

2. A contratada observará as práticas previstas nos subitens 10.9 e 17.1.2 ."g" e "h" do Termo de Referência

Em 15 de julho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho**, Analista Judiciário, em 16/07/2025, às 08:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002458748** e o código CRC **731028C3**.



--